

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de janeiro de 2025 às 09h06
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Juiz proíbe uso de marca em disputa entre empresas do agronegócio	3
--	----------

Arbitragem e Mediação

Arbitragem como alternativa à judicialização na Indústria farmacêutica	4
---	----------

MSN Notícias | BR

Patentes

Um rum, dois proprietários e uma batalha judicial entre EUA e Cuba	6
---	----------

AFP

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Arbitragem e Mediação

Opinião Arbitragem: capítulos que marcaram 2024	8
--	----------

O Globo | BR

09 de janeiro de 2025 | Marco Civil

Moraes e Gilmar Mendes defendem responsabilização das redes por conteúdo ilegal.	13
--	-----------

ECONOMIA | DANIEL GULLINO | MARIANA MUNIZ

Folha.com | BR

Pirataria | Biopirataria

Farmacêutica diz que vai compartilhar receitas com povos indígenas que cederam genes para pesquisas	15
--	-----------

G1 - Globo | BR

Pirataria

Governo dos EUA inclui região da Rua 25 de Março entre os principais mercados de pirataria e produtos falsificados do mundo	18
--	-----------

Sebrae Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Startups têm prioridade na análise de pedido de registro de marcas e patentes	19
--	-----------

Juiz proíbe uso de marca em disputa entre empresas do agronegócio



Decisão determina exclusividade sobre o signo "Casa da Lavoura" e bloqueia domínios de sites concorrentes.

Signo Juiz proíbe uso de marca em disputa entre empresas do agronegócio Decisão determina exclusividade sobre o signo "Casa da Lavoura" e bloqueia domínios de sites concorrentes. Da Redação quarta-feira, 8 de janeiro de 2025 Atualizado às 12:24 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Empresa do agronegócio conseguiu exclusividade do uso do signo "Casa da Lavoura" por empresa do agronegócio e proibiu a utilização da marca por outras empresas do mesmo ramo. A sentença, proferida pelo juiz de Direito Marcus Vinicius dos Santos Oliveira, da 3ª vara Cível de Ariquemes/RO, concluiu que houve violação de direitos de propriedade industrial e prática de concorrência desleal.

A empresa, que possui registro da marca junto ao **INPI** desde 1982, alegou que as rés, integrantes de um mesmo grupo econômico, usavam signos idênticos ou semelhantes tanto em lojas físicas quanto em plataformas digitais. A empresa também sustentou que as práticas geravam confusão entre os consumidores e resultavam em perda de clientela.

Na decisão, o magistrado considerou que as provas apresentadas pela autora comprovaram a existência de atos de concorrência desleal. Além disso, ressaltou que o uso indevido do signo pelas rés pre-

judicava a autenticidade da marca registrada.

Juiz reconhece uso exclusivo do signo distintivo "Casa da Lavoura".(Imagem: Freepik)

A sentença também abordou a validade dos registros das marcas das rés, que foram anulados administrativamente pelo **INPI**. Para o juiz, os elementos comprovaram que as empresas extrapolaram os limites de seus registros, utilizando o signo "Casa da Lavoura" em atividades não autorizadas, como publicidade e vendas.

"Esse uso indevido viola os direitos marcários da autora, contrariando os princípios da Lei de Propriedade Industrial e configurando concorrência desleal", destacou o magistrado.

A decisão também determinou o bloqueio dos sites www.casadalavoura.com e www.clavoura.com.br, com expedição de ofício ao órgão responsável para garantir a efetividade da medida.

Além da proibição definitiva do uso do signo, a Justiça concedeu tutela de urgência para impedir que as rés continuem utilizando a marca "Casa da Lavoura" em fachadas, uniformes e publicidades, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil, limitada a R\$ 100 mil.

A Casa da Lavoura, titular dos registros, foi representada pelo escritório Denis Borges Barbosa Advogados.

Processo: 7007980-78.2023.8.22.0002

Veja a decisão.

Arbitragem como alternativa à judicialização na Indústria farmacêutica



A indústria farmacêutica é complexa e enfrenta desafios regulatórios e de inovação. A **arbitragem** surge como solução eficiente para suas disputas.

Arbitragem como alternativa à judicialização na Indústria farmacêutica Laura de Almeida Machado A indústria farmacêutica é complexa e enfrenta desafios regulatórios e de inovação. A **arbitragem** surge como solução eficiente para suas disputas.

quarta-feira, 8 de janeiro de 2025 Atualizado às 10:40
Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Particularidades da indústria farmacêutica

A indústria farmacêutica é um dos setores mais complexos e regulados do país, já que impacta diretamente a saúde pública, por isso as empresas devem seguir rigorosas regulamentações sob todos os aspectos, desde a pesquisa até a comercialização dos medicamentos.

O setor ainda enfrenta desafios significativos, a exemplificar a necessidade de altos investimentos
abpi.empauta.com

em pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos, que exigem longos períodos até o efetivo retorno financeiro, além de investimentos em patentes.

Além disso, a cadeia de suprimentos é extremamente complexa, pois envolve diversos players, como parceiros, fabricantes, fornecedores, distribuidores, consumidores.

Arbitragem no setor

O setor de Life Science teve um crescimento de 500% nos últimos dez anos, que foi impulsionado pela inovação e demanda crescente por soluções de saúde mais eficazes e acessíveis.

A pandemia da covid-19 também teve um papel crucial nesse crescimento, acelerando ainda mais os investimentos na área, sendo que, em 2020 e 2021, os investimentos anuais em empresas de biotecnologia atingiram US\$ 105 bilhões, evidenciando a importância do setor.

A maior quantidade de investimentos trouxe como consequência lógica aumento de disputas no setor. Tanto é assim que a CCI - Câmara de Comércio Internacional relatou crescimento de 50% nas arbitragens relacionadas ao setor em julho de 2022, indicando que, à medida em que o setor se expande, surgem também novos desafios e conflitos. A LCIA - London Court of International Arbitration destacou que os setores de saúde e farmacêuticos representaram o oitavo tipo de disputa mais comum em 2021, demonstrando a relevância jurídica dessas indústrias em um cenário global. Da mesma forma, a ICDR - International Centre for Dispute Resolution reportou um aumento de 34% no número de casos relacionados à saúde e Life Science em 2020.

Benefícios da **arbitragem** na indústria farmacêutica

Continuação: Arbitragem como alternativa à judicialização na Indústria farmacêutica

A **arbitragem** oferece uma série de benefícios para a indústria farmacêutica, tornando-se uma boa alternativa para a resolução de disputas se comparada aos processos judiciais tradicionais.

Um dos principais benefícios é a celeridade do procedimento, um dos grandes benefícios das soluções de conflitos conduzidas em disputas arbitrais. Essa rapidez é crucial em um setor em que o tempo pode impactar diretamente na introdução de novos medicamentos.

Outra vantagem importante é a especialização dos árbitros, já que na indústria farmacêutica as disputas frequentemente envolvem questões técnicas e complexas que requerem conhecimento específico. A possibilidade de escolher árbitros com expertise na área garante que as decisões sejam fundamentadas em uma compreensão profunda das nuances do setor, resultando em soluções mais precisas e eficazes.

A confidencialidade também é um aspecto essencial da **arbitragem**, especialmente para as empresas farmacêuticas que lidam com segredos comerciais e informações sensíveis. A natureza privada do processo protege esses dados críticos, evitando que informações estratégicas sejam divulgadas publicamente, o que poderia comprometer a competitividade das empresas.

Por fim, a facilidade de execução das sentenças arbitrais é um aspecto que merece destaque. As sentenças arbitrais podem ser mais facilmente reconhecidas e executadas internacionalmente devido à Convenção de Nova York, o que é uma vantagem significativa em um mercado globalizado. Essa característica proporciona maior segurança jurídica para as empresas que operam em diferentes jurisdições, permitindo que resolvam disputas de forma eficiente e confiável.

Em conjunto, esses benefícios fazem da **arbitragem** uma escolha privilegiada para a resolução de conflitos na indústria farmacêutica.

Desafios e limitações

A **arbitragem**, apesar de ser uma alternativa eficiente para a resolução de disputas, enfrenta diversos desafios e limitações que precisam ser considerados. Um dos principais desafios está relacionado aos custos. Embora a **arbitragem** possa ser mais rápida do que os processos judiciais tradicionais, ela pode se tornar dispendiosa, especialmente em casos complexos que exigem peritos especializados e múltiplas audiências.

Outro ponto de limitação é a falta de poder coercitivo dos árbitros, pois diferentemente de juízes, os árbitros não possuem autoridade para impor sanções diretas ou forçar o cumprimento das decisões, o que pode dificultar a execução de sentenças arbitrais em algumas circunstâncias.

Por fim, a escolha de árbitros verdadeiramente independentes também representa uma dificuldade, mas é preciso garantir que os árbitros sejam imparciais e livres de interesses conflitantes para assegurar a legitimidade do processo arbitral. Isso pode ser um desafio, especialmente em setores específicos, onde especialistas podem ter ligações com as partes envolvidas.

Laura de Almeida Machado Advogada da área de Contencioso Cível e Empresarial do escritório Chenut Oliveira Santiago Advogados. Chenut

Um rum, dois proprietários e uma batalha judicial entre EUA e Cuba

Um rum e dois proprietários: a batalha que Cuba e a gigante americana de bebidas Bacardí travam há décadas pelo rum Havana Club acaba de ser reavivada com a promulgação de uma lei americana criticada pela ilha.

Intitulada "lei para não reconhecer marcas roubadas nos Estados Unidos" e assinada em 1º de dezembro pelo presidente Joe Biden, a norma foi apresentada ao Congresso em 2023 por democratas e republicanos, entre eles Marco Rubio, futuro chefe da diplomacia americana e feroz crítico do governo comunista cubano.

Concretamente, a nova lei proíbe os tribunais e agências federais dos Estados Unidos de reconhecerem as marcas consideradas "confiscadas ilegalmente" pelo governo cubano durante as nacionalizações que seguiram à revolução de 1959, "a menos que o proprietário original" tenha consentido seu uso.

Durante a apresentação do projeto de lei, os congressistas mencionaram especificamente o caso do rum cubano e, em particular, sua célebre marca Havana Club.

Essa marca tem sido objeto de uma batalha legal de várias décadas entre Cuba, cuja empresa Cuba Ron é parceira do grupo francês Pernod Ricard desde 1993, e a Bacardí, herdeira da empresa familiar de Santiago de Cuba, cujos ativos foram nacionalizados por Fidel Castro.

Havana Club é comercializado em 125 países por meio de uma organização chamada CubaExport. Mas não nos Estados Unidos, devido ao embargo que Washington impõe contra a ilha desde 1962.

Apesar dessa exceção, Cuba conseguiu registrar a marca nos Estados Unidos durante 20 anos a partir de 1976, o que a Bacardí contestou a partir de 1995. A gi-

gante então começou a vender seu próprio rum nos Estados Unidos sob a marca Havana Club.

Para a Bacardí, embora seu rum seja fabricado em Porto Rico, ele tem raízes cubanas, pois segue a receita original criada em 1934 pela família Arechabala, exilada após a revolução e que perdeu seus direitos sobre a marca em 1974.

- "Rentável" -

Desde então, a disputa comercial não cessou. Dado o crescimento do mercado do rum, há muito em jogo.

Segundo um recente relatório da consultoria Research and Markets, com sede em Dublin, prevê-se que o mercado global de rum cresça "a uma taxa anual média de 7,7% entre 2024 e 2031", passando de "19,1 bilhões de dólares (R\$ 116 bilhões) em 2024 para 32,2 bilhões (R\$ 195,5 bilhões) em 2031".

Em 2016, o Escritório de **Patentes** e **Marcas** dos Estados Unidos (USPTO, na sigla em inglês) renovou por mais 10 anos o registro da marca Havana Club para a CubaExport, mas a promulgação da nova lei pode dificultar a renovação do registro em 2026.

Como era de se esperar, a Bacardí "se congratulou" com a adoção do texto, em uma breve declaração enviada à AFP, enquanto a Pernod Ricard expressou sua "decepção" com uma legislação que "põe em dúvida seus direitos de longa data sobre a marca Havana Club nos Estados Unidos".

Embora o embargo o impeça de vender garrafas de Havana Club nesse país, o grupo francês acredita que um dia essas sanções serão levantadas e que será penalizado se sua marca já estiver sendo usada por um competidor nesse mercado.

Para John Kavulich, diretor do Conselho Comercial

Continuação: Um rum, dois proprietários e uma batalha judicial entre EUA e Cuba

Cuba-Estados Unidos, com sede em Nova York, "trata-se de um sucesso imensamente rentável para s Bacardí", pois "gastou pouco dinheiro" em grupos de lobby "para alcançar o objetivo" de promulgar uma lei favorável aos seus interesses que, sublinha, gerou pouco debate entre democratas e republicanos.

Após o breve descongelamento iniciado com Barack Obama (2009-2017), seguido pela linha dura adotada sob o primeiro mandato do republicano Donald Trump (2017-2021), com um reforço das sanções, a administração democrática de Joe Biden fez pouco para flexibilizar as medidas de seu antecessor, cuja

política para Cuba pode ser endurecida novamente.

Havana criticou energicamente a nova lei e a classificou como "uma carta de corso que abre caminho para consolidar o roubo de marcas cubanas legitimamente registradas" nos Estados Unidos.

"Mais uma vez, o governo dos Estados Unidos dá espaço aos interesses obscuros dos setores anticubanos mais agressivos", denunciou o governo cubano.

jb/rd/nn/jb/aa

Opinião | Arbitragem: capítulos que marcaram 2024



Dentre os acontecimentos mais relevantes, alguns capítulos importantes chamaram mais a atenção. Foi proferida a primeira e histórica sentença do país que concluiu pela obrigatoriedade do uso do árbitro de emergência quando previsto pelas partes em cláusula compromissória constante de contrato de concessão. O ano de 2024 foi muito proveitoso quanto ao crescimento cada vez maior da informação e aculturamento da sociedade relativamente ao uso dos métodos adequados de pacificação de conflitos, especialmente, a arbitragem.

Dentre os acontecimentos mais relevantes, alguns capítulos importantes chamaram mais a atenção. Acompanhe.

1) Uso do árbitro de emergência é obrigatório quando previsto pelas partes em cláusula compromissória

Foi proferida a primeira e histórica sentença do país que concluiu pela obrigatoriedade do uso do árbitro de emergência quando previsto pelas partes em cláusula compromissória constante de contrato de concessão.

O juízo da 8ª Vara Federal do Distrito Federal proferiu sentença, publicada no dia 06/02/2024, de extinção do processo sem julgamento de mérito em sede de mandado de segurança preventivo com pedido liminar impetrado por uma concessionária de aeroporto. O Judiciário concluiu que o contrato de

concessão possui cláusula compromissória que, não só prevê a arbitragem para a solução de controvérsias quanto ao referido contrato, mas também prevê o uso do árbitro de emergência quando houver a necessidade de medidas cautelares ou de urgência antes de formado o tribunal arbitral. Processo nº 11172 23-68.2023.4.01.3400.

2) Comitê Brasileiro de Arbitragem conclui que a probabilidade de ter uma sentença anulada é de apenas 0,99%

No dia 19/03/2024, foi debatido em evento na FGV Direito/SP, os resultados da pesquisa realizada pelo Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr, divulgada no dia 22 de novembro de 2023, envolvendo os dados sobre as ações anulatórias de sentenças arbitrais proferidas em arbitragens com sede em São Paulo.

O estudo se pautou nas anulatórias distribuídas e julgadas pelas varas especializadas em direito empresarial e arbitragem da Comarca de São Paulo entre março de 2018 e novembro de 2022.

Valendo das mesmas câmaras arbitrais que integram a pesquisa "arbitragem em números" elaborada anualmente pela professora Selma Lemes, e, pautando-se no mesmo período e sede de arbitragem, o estudo do CBAr identificou que foram proferidas 606 sentenças arbitrais, em face das quais foram distribuídas 17 ações anulatórias, sendo 6 foram julgadas procedentes no todo ou em parte. O número de anulatórias é baixo (2,8%: 606 x 17). A probabilidade de ter uma sentença anulada também é diminuta (0,99%: 606 x 6).

3) Pesquisa sobre a possibilidade de despejo na via arbitral

No dia 26/07/2024, foi publicada no Valor Econômico pesquisa de minha autoria, de 01/01/2023 a 22/07/2024, tendo como objeto a possibilidade de despejo na via arbitral. Em 2023, tivemos 16 jul-

gados dos Tribunais favoráveis ao despejo na via arbitral e 05 desfavoráveis. Em 2024, tivemos 08 julgados dos Tribunais favoráveis ao despejo na via arbitral e 03 desfavoráveis, sendo todos do TJ-SP, em 2024, favoráveis.

A pesquisa foi feita, via site Jusbrasil, com a busca por "despejo" + "**arbitragem**". 32 casos totais incluindo 2023 e 2024. 2023: 5 desfavoráveis e 16 favoráveis. 2024 (até 22/07/2024): 3 desfavoráveis e 8 favoráveis. Se formos olhar, por exemplo, só o TJ/SP: 2023: 1 desfavorável e 4 favoráveis e 2024: zero desfavoráveis e 4 favoráveis.

As decisões favoráveis entendem como possível a ação de despejo tramitar na via arbitral, de modo que concluem pela extinção do processo judicial sem julgamento do mérito, com base no art. 485, inc. VII, do CPC, ante a existência de convenção de **arbitragem**. Considerando que a ação de despejo é uma ação com comando duplo, de resolução contratual e de ordem de desocupação, cabendo ao árbitro analisar se é caso de resolução ou não e, caso seja, e não for purgada a mora, determinar a desocupação, que, se não cumprida espontaneamente no prazo determinado, fará com que seja necessária a expedição de carta arbitral para que o juiz de direito dê efetividade ao capítulo de sentença relativo à desocupação. Embora o árbitro não possa realizar a execução direta, os atos de apropriação e desapossamento, pode realizar a execução indireta, a exemplo da aplicação de multas e astreintes. O árbitro pode dar comando com conteúdo executivo, mas não tem o poder de dar efetividade a ele em caso de não cumprimento espontâneo.

As decisões desfavoráveis entendem que não é possível a ação de despejo tramitar na via arbitral, pelo fato do acórdão do STJ ter seguido a linha.

Porém, o caso específico levado ao STJ não se refere ao comum dos casos das ações de despejo de praxe. O caso julgado pelo STJ referiu-se a locatário que havia abandonado o imóvel locado sem realizar o devido

pagamento. Neste caso, fruto do abandono, o contrato de locação já estava resolvido de pleno direito. Não havia litígio a ser dirimido na via arbitral quanto à possibilidade de resolução contratual ou não. Só restava dar efetividade a ordem de imissão na posse, via poder de império exclusivo do juiz de direito. Além disso, o processo foi autuado no STJ no ano de 2014, ou seja, antes da reforma da lei de **arbitragem** de 2015, através da qual foram ampliados os poderes cautelares e de urgência dos árbitros.

4) Há litispendência entre ação anulatória de sentença arbitral e sua impugnação através da qual é pleiteada a anulação

O Superior Tribunal de Justiça concluiu que há litispendência entre ação anulatória de sentença arbitral e impugnação ao cumprimento de sentença arbitral através do qual é pleiteada a anulação da sentença arbitral (REsp 2105872/RJ, publicado no dia 09/02/2024).

Segundo o STJ, "por previsão expressa no art. 33, § 3º, da Lei nº 9.307/1996 () a impugnação ao cumprimento de sentença arbitral não se limita às matérias de defesa previstas no art. 525, § 1º, do CPC, sendo possível também requerer "a decretação da nulidade da sentença arbitral () o fato de a impugnação não consistir em uma ação de conhecimento propriamente dita não impede, por si só, a ocorrência de litispendência, pois basta que seja um meio processual apto a obter idêntico resultado ao outro processo já instaurado". No caso posto a julgamento, o recorrido ajuizou "ação anulatória de sentença arbitral em 18/11/2019 às 19:07h". E, "na mesma data, poucos minutos após a distribuição deste originário foi ofertada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral". Por consequência, considerando essa peculiaridade do caso concreto, o STJ pontuou que "a caracterização da litispendência não tem o condão de extinguir a presente ação, tendo em vista que ela foi ajuizada em momento anterior à apresentação da impugnação".

Assim, a declaração de nulidade da sentença arbitral pode ser pleiteada tanto via ação autônoma declaratória de nulidade de sentença arbitral, conforme art. 33, § 1º da lei de **arbitragem**, ou ainda via impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, simples meio de defesa na fase executiva, na forma do art. 33, § 3º.

Logo, o mesmo pedido de anulação e sob a mesma causa de pedir pode ser feito através de ambos os caminhos e através deles pode-se alcançar o mesmo resultado. Desta forma, sendo a lide a mesma, independente do meio pelo qual tramita, irrecusável a necessidade de extinção sem resolução de mérito da via de anulação levada à Juízo posteriormente, em observância à litispendência, art. 485, V, do CPC.

5) Comentários às Diretrizes do Comitê Brasileiro de **Arbitragem** sobre o dever de revelação do árbitro

Foram publicados os "Comentários às Diretrizes do Comitê Brasileiro de **Arbitragem** sobre o dever de revelação do(a) árbitro(a) - CBar". Link: <https://cbar.org.br/site/wp-content/uploads/2024/05/diretrizes-c-bar-sobre-dever-de-revelacao.pdf>

Tratam-se tanto as diretrizes como os comentários de balizadores práticos cotidianos eficazes do dever de revelação dos árbitros.

6) CPC não se aplica de forma subsidiária ao procedimento arbitral

No dia 23/08/2024 foi publicado o REsp 1851324/R-S, através do qual o STJ concluiu que o CPC não se aplica de forma subsidiária ao procedimento arbitral.

Tratou-se de ação anulatória de sentença arbitral sob o fundamento de suspeição/impedimento do tradutor, considerando que o preposto da requerida do procedimento arbitral atuara como tradutor por ocasião da oitiva de duas testemunhas de nacionalidade chinesa na AIJ, fato apto a comprometer a imparcialidade do tradutor na forma do art. 138, IV, do

CPC, aplicável no silêncio, se forma subsidiária ao procedimento arbitral.

Porém, se concluiu de forma unânime que, "não se aplica o CPC de forma subsidiária à **arbitragem**", a qual é regida pelas convenções, pelo compromisso arbitral, pelo termo de **arbitragem** e pelo regulamento de **arbitragem**. Foi apontado que "cabe ao árbitro definir o modo como a prova será produzida" e que "a produção da prova testemunhal tal como estabelecido no regulamento da CCI e na ata de imissão ajustada não guarda nenhum paralelo com o processo judicial regido pela lei processual". Foi destacado ainda que "ficou convencido que a parte que arrolasse a testemunha deveria auxiliá-la na elaboração da declaração testemunhal, algo incogitável no processo judicial". Por fim, foi dito que: "as regras do CPC não foram escolhidas pelas partes para reger o procedimento em exame, a ele não se aplicando nem sequer subsidiariamente".

O julgado do STJ é exemplar e histórico. A autonomia da vontade das partes é princípio basilar da **arbitragem**, de modo que a liberdade e flexibilidade das partes em convencionarem sobre a forma de produção da prova é ampla. Na via arbitral, deve-se observar apenas o que dispõe a lei de **arbitragem**, o regulamento de **arbitragem** da câmara privada eleita e o termo de **arbitragem** estabelecido em consenso. Os filtros externos se restringem ao respeito ao devido processo legal, à ampla defesa, ao contraditório e à igualdade das partes. Não se enquadrando o CPC neste conjunto normativo, a sua aplicação somente poderá ocorrer caso as partes, no termo de **arbitragem**, assim estipulem quanto às lacunas e omissões. Do contrário, no silêncio das partes, as hipóteses omissas serão supridas pelo entendimento do árbitro ou do tribunal arbitral

A omissão do árbitro em revelar às partes fato que possa denotar dúvida quanto à sua imparcialidade e independência não significa, por si só, que esse árbitro seja parcial ou lhe falte independência

No dia 21/06/2024, através do REsp 2101901/SP, o Superior Tribunal de Justiça proferiu acórdão sobre os limites do dever de revelação dos árbitros.

A Ementa assim dispôs: "4. Cabe às partes colaborar com o dever de revelação, solicitando ao árbitro informações precisas sobre fatos que eventualmente possam comprometer sua imparcialidade e independência. 5. A parte que pretender arguir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de **arbitragem**, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, ainda que não haja prejuízo de posterior exame do Poder Judiciário competente, nos termos do art. 33 da Lei da **Arbitragem**. 6. A imparcialidade do árbitro é questão de ordem pública, logo, pode ser discutida a qualquer momento, devendo ser observada a boa-fé por parte de quem o alega. 7. A análise do Poder Judiciário sobre a imparcialidade do julgador não é matéria de mérito, mas sim pressuposto processual subjetivo de validade. 8. A omissão do árbitro em revelar às partes fato que possa denotar dúvida quanto à sua imparcialidade e independência não significa, por si só, que esse árbitro seja parcial ou lhe falte independência, devendo o Poder Judiciário avaliar a relevância do fato não revelado para decidir a ação anulatória. 9. O fato não revelado apto a anular a sentença arbitral precisa demonstrar extinguir a confiança da parte e abalar a independência e a imparcialidade do julgamento do árbitro. Para tanto, são necessárias provas contundentes, não bastando alegações subjetivas desprovidas de relevância no que tange aos seus impactos".

Felizmente, o STJ vem se mostrando um grande guardião do sistema arbitral no país, sendo insignificante o número de anulatórias acolhidas. Trata-se de um julgamento emblemático e muito esperado pela comunidade arbitral. Um julgamento desfavorável poderia comprometer a higidez e credibilidade de toda a **arbitragem** no país.

Ficou categoricamente decidido que o dever de revelação não é um fim em si mesmo e, ainda, que não se pode permitir que fatos irrelevantes para fins de violação de imparcialidade e independência do árbitro sejam trazidos só após decisão desfavorável, com o objetivo de renovação de todo o procedimento arbitral pelo perdedor.

7) Força cogente da **arbitragem** nas relações locatícias

Através de acórdão publicado no dia 09/12/2024, o TJ-SP concluiu pela força cogente da **arbitragem** nas relações locatícias (Apelação Cível nº 1008618-78.2023.8.26.0011 - TJ/SP, 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo).

A Ementa dispôs: "APELAÇÃO. LOCAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Sentença de procedência dos pedidos reformada. Pagamento de valores atinentes à reforma após desocupação do imóvel pegos pelo locatário autor diretamente à locadora, sem a necessária intermediação da plataforma corréu. Locação intermediada por uma plataforma. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. É lícita a instituição de cláusula compromissória nas relações de consumo, desde que, a um lado, não seja compulsória e, a outro lado, seja redigida em documento anexo ou em negrito, bem como em destaque, com assinatura ou visto especial, nos termos do art. 51, VII e art. 54, §§ 3º e 4º, ambos do CDC, e do art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/1996. **Arbitragem** que não significa negação da justiça. Locatário que, no caso concreto, não se desincumbiram do ônus de comprovar qualquer violação aos referidos preceitos legais. Assinatura em campo especialmente destacado. Possibilidade de escolha de mais de uma câmara arbitral. Ausência de provas de que, durante as negociações, ou quando da assinatura do contrato, tenha a cláusula compromissória sido exigida de forma compulsória às partes. Reforma da sentença com extinção do feito, sem resolução do

mérito. Art. 485, VII, CPC. RECURSO DA CORRÉ PROVIDO. RECURSO DA PLATAFORMA CORRÉ PREJUDICADO".

Tal julgado consolida a segurança jurídica quanto à inclusão das cláusulas compromissórias nos contratos locatícios celebrados no país.

8) Arbitragem no novo Código Civil

A proposta substitui a expressão "o juiz" por "o juiz ou o árbitro" em vários artigos. A proposta também indica a inclusão do termo "arbitral" em artigos que atualmente mencionam apenas o processo judicial. A arbitragem é incorporada, por exemplo, na interrupção da prescrição (art. 202, I) e nas deliberações condominiais (art. 1.325), além de ter sido prevista a arbitragem como opção nos contratos sociais (art. 997, IX).

9) Instauração de procedimento arbitral é causa de interrupção do prazo prescricional

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp nº 1981715, publicado no dia 20/09/2024, decidiu que a instauração de procedimento arbitral constitui causa de interrupção de prazo prescricional, mesmo antes do advento da lei nº 13.129/2015.

Através de ação anulatória, foi sustentada a nulidade da sentença arbitral sob a justificativa de que apenas com o advento da Lei nº 13.129/2015 passou a existir a previsão da instituição do procedimento arbitral como causa de interrupção da prescrição.

Porém, o STJ concluiu que a iniciativa da parte em buscar a tutela dos seus direitos, ainda que sem a intervenção estatal, é suficiente para encerrar o estado de inércia, mesmo antes da Lei nº 13.129/2015. O prazo prescricional interrompido pela arbitragem volta a correr a partir do último ato do processo ar-

bitral. No caso posto à julgamento, o STJ concluiu que a interrupção do prazo ocorreu com a primeira arbitragem e voltou a fluir após o trânsito em julgado da ação declaratória de nulidade da sentença arbitral.

10) Brasil como sede da Corte Permanente de Arbitragem

No dia 12/12/2024, o Senado aprovou o PDL 386/2022, que ratifica acordo internacional, assinado em 2017, para que o Brasil seja uma das sedes da Corte Permanente de Arbitragem. O projeto, que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados.

A Corte Permanente de Arbitragem atua arbitrando disputas entre Estados, bem como controvérsias entre investidores e países. O fundamento para a realização do acordo deve-se ao fato do aumento do número de arbitragens internacionais quanto ao Brasil.

Que o ano de 2025 siga com a consolidação da formação da cultura do estudo e uso da arbitragem como ferramenta adequada para solução de litígios de forma especializada, célere e segura, visando à entrega de um serviço útil e eficiente às partes litigantes.

Convidado deste artigo Gabriel de Britto Silva Gabriel de Britto Silva Advogado, árbitro e participante da comissão da arbitragem da OAB/RJ, do IBRADIM e da ABAMI. Foto: Arquivo pessoal
ConteúdoAs informações e opiniões formadas neste artigo são de responsabilidade única do autor. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

Moraes e Gilmar Mendes defendem responsabilização das redes por conteúdo ilegal.

ECONOMIA

{SEM FILTRO

MARIANA MUNIZ E DANIEL GULLINO

Um dia após o anúncio do Facebook de que irá acabar com a política de checagem de fatos nos Estados Unidos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que as redes sociais só continuarão a operar no Brasil se cumprirem a legislação do país. A afirmação do ministro ocorreu durante solenidade na Corte em memória dos dois anos dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. Já o ministro Gilmar Mendes defendeu, em um post, a responsabilização das plataformas por conteúdos ilícitos.

Em sua fala, Moraes creditou o crescimento do extremismo pelo mundo às redes sociais, que atuam sem regulação e deram instrumentos para que discursos extremistas proliferem. E classificou como "desafio" a responsabilização dessas empresas pelos conteúdos publicados.

- O desafio no Brasil e no mundo é o de não permitir que esses gigantes conglomerados que são as big techs, com seus dirigentes, por acharem que por terem dinheiro, podem mandar no mundo. O desafio de regulamentar e responsabilizar - disse o ministro do STF.

"TERRA QUE TEM LEI"

Moraes disse que, no Brasil, a Justiça Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal já demonstraram que "aqui é uma terra que tem lei".

- As redes sociais não são terras sem lei. No Brasil, só continuarão a operar se respeitarem a legislação brasileira, independentemente de bravatas de dirigentes responsáveis das big techs. Obrigado e viva a de-

mocracia - afirmou.

Segundo o magistrado, que é relator no STF de investigações envolvendo os ataques de 8 de janeiro, a Corte irá atuar para que as redes não sejam "instrumentalizadas" para propagar discursos extremistas:

- Pelo resto do mundo nós não podemos falar. Mas, pelo Brasil, tenho absoluta certeza e convicção de que o Supremo Tribunal Federal não vai permitir que as big techs, as redes sociais, continuem sendo instrumentalizadas, dolosa ou culposamente, ou ainda somente visando lucro, para ampliar discursos de ódio, nazismo, fascismo, misoginia, homofobia e discursos antidemocráticos - afirmou.

Segundo especialistas, as mudanças anunciadas pela Meta na terça-feira abrem caminho para a proliferação do discurso de ódio e preconceito nas redes, o que é proibido pela legislação brasileira.

REALIDADE DEMOCRÁTICA

O ministro Gilmar Mendes abordou o tema em uma rede social:

"Perante a lembrança daquele trágico evento, tenho reiterado a necessidade de reformas institucionais para enfrentar a raiz do problema. Entre elas, os limites à participação de militares da ativa na política e a responsabilização das plataformas por conteúdos ilícitos", escreveu.

No evento, o ministro afirmou que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro disseminou "discurso de ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação".

Ele ainda apontou que a regulamentação das redes

Continuação: Moraes e Gilmar Mendes defendem responsabilização das redes por conteúdo ilegal.

implementada pela União Europeia "jamais pode ser confundida com censura" e ressaltou a importância de se chegar a algo semelhante no Brasil:

- É fora de dúvida que nossas instituições devem conceber mecanismos para inibir a circulação de discursos criminosos nas redes sociais. As retóricas sobre liberdade de expressão nos espaços virtuais devem ser redimensionadas dentro da realidade democrática. A proteção desta liberdade fundamental encontra seu alicerce na inviolável integridade informacional.

Os ministros do STF não citaram diretamente a decisão anunciada pela Meta, do bilionário Mark Zuckerberg.

Em 2024, o STF, por meio de decisão de Moraes, bloqueou e determinou que a rede social de Elon Musk pagasse mais de R\$ 28 milhões em multas após sucessivos descumprimentos de decisões judiciais envolvendo a remoção de conteúdos falsos.

Desde o fim de 2024, o Supremo julga ação que discute mudança no **Marco** Civil da Internet para levar à responsabilização das big techs pelos conteúdos publicados por terceiros. A análise do tema foi interrompida na última sessão do ano pelo ministro André Mendonça, que pediu vista, mas deve ser retomada no primeiro semestre de 2025.

Os três votos já apresentados impõem, em maior ou menor grau, responsabilidades mais severas às plataformas quanto aos conteúdos publicados, além de darem às empresas regras que precisam ser cumpridas sob pena de violação de leis brasileiras.

O que está em discussão é o modelo de responsabilização das plataformas pelo conteúdo de terceiros - se e em quais circunstâncias elas podem sofrer sanções por conteúdos ilegais postados pelos usuários. }

Farmacêutica diz que vai compartilhar receitas com povos indígenas que cederam genes para pesquisas



Wasik, durante trabalho de campo na Polinésia Francesa em 2021

-

"Muitas pessoas nos disseram que essa era uma ideia louca e que não funcionaria", disse Castel. Mas cinco anos após aquela primeira conversa durante uma conferência de pesquisa em saúde indígena em março de 2019, a aposta de Castel está começando a dar frutos para ambas as partes.

Variant Bio, com sede em Seattle, usa informações genéticas para desenvolver medicamentos para obesidade e diabetes

The New York Times

Quando Stephane Castel se encontrou pela primeira vez com um grupo de maori e outros povos das ilhas do Pacífico na Nova Zelândia para discutir os planos de pesquisa genética de sua empresa farmacêutica, os locais temiam que ele estivesse buscando lucrar com os genes dos membros da comunidade sem se importar com eles.

Em vez disso, Castel e seus colegas explicaram que estavam tentando fazer um acordo não convencional: em troca de confiar a eles seu patrimônio genético, as comunidades participantes receberiam uma parte das receitas da empresa.

Castel também prometeu não patentear nenhum gene - como muitas outras empresas haviam feito -, mas sim os medicamentos que sua empresa desenvolvesse a partir da parceria.

A geneticista e cofundadora da Variant Bio, Kaja

abpi.empauta.com

Na terça-feira (7), sua empresa, Variant Bio, com sede em Seattle, anunciou uma colaboração de US\$ 50 milhões com a fabricante de medicamentos Novo Nordisk para desenvolver medicamentos para distúrbios metabólicos, incluindo diabetes e obesidade, usando dados coletados de populações indígenas.

A Variant Bio distribuirá uma parte desses fundos para as comunidades com as quais trabalhou em nove países ou territórios, incluindo os Maori, e buscará tornar qualquer medicamento resultante de seu trabalho disponível para essas comunidades a um preço acessível.

O conceito para a Variant Bio foi concebido em um bar em Manhattan em agosto de 2018, durante uma conversa entre Castel e Kaja Wasik, que se tornaram amigos durante seus estudos de pós-graduação em genética no Cold Spring Harbor Laboratory em Long Island.

Embora sua pesquisa de laboratório os mantivesse sob a luz fluorescente, eles compartilhavam um entusiasmo por viagens internacionais, que satisfaziam durante mochilões juntos no Peru e no Chile. Eles sonhavam em construir uma empresa que pudesse le-

Continuação:
Farmacêutica diz que vai compartilhar receitas com povos indígenas que cederam genes para pesquisas

vá-los a lugares remotos.

Na época, fabricantes de medicamentos estavam estabelecendo parcerias com repositórios biológicos como o UK Biobank, que contém amostras biológicas e registros de saúde de 500 mil pessoas que vivem na Grã-Bretanha, a fim de buscar associações entre genes e doenças.

Mas esses bancos de dados são compostos principalmente por genes de pessoas de ascendência europeia.

"Qual é o valor de sequenciar a 500.001ª pessoa britânica?", disse Castel. "Há um número limitado de descobertas a serem encontradas estudando o mesmo grupo de pessoas."

Ele e Wasik estavam mais entusiasmados com descobertas recentes de grupos sub-representados, como a descoberta de variantes genéticas novas que afetam o metabolismo e que foram identificadas pela primeira vez em populações inuit na Groenlândia.

Tais variantes podem ser mais comuns, e consequentemente mais fáceis de identificar, em populações historicamente isoladas porque conferem algum benefício funcional às pessoas com uma certa dieta ou estilo de vida, ou simplesmente devido a eventos aleatórios em sua história.

No entanto, elas também podem servir como alvos promissores para medicamentos que ajudarão uma parcela mais ampla da população global.

Com US\$ 16 milhões em financiamento inicial da Lux Capital, uma firma de capital de risco em Nova York, Castel e Wasik deixaram seus empregos e começaram a trabalhar em tempo integral para a startup deles.

Wasik viajou por oito países na África, Ásia, Europa e Pacífico no primeiro ano da empresa, enquanto Cas-

tel, na maior parte do tempo, construiu diligentemente sua plataforma de software a partir de sua base nos Estados Unidos.

Eles recrutaram conselheiros éticos para desenvolver um modelo de compartilhamento de benefícios e embarcaram em trabalhos de campo. Eles sabiam desde o início que teriam que agir com cautela.

Em 2007, um membro da tribo Karitiana no Brasil disse ao The New York Times que sua comunidade havia sido "enganada, mentida e explorada" por cientistas que coletaram seu sangue e DNA, que mais tarde foi vendido por US\$ 85 por amostra. Os membros da tribo, que disseram ter sido seduzidos com promessas de medicamentos, não receberam nada.

Dez anos depois, ainda não havia consenso sobre a melhor maneira de conduzir tal trabalho. Para proteger contra a chamada **biopirataria**, muitos países ratificaram o Protocolo de Nagoya sob a Convenção das Nações Unidas sobre **Diversidade** Biológica, que exige o "compartilhamento equitativo de benefícios" emergentes de **recursos** genéticos. Mas o protocolo excluía informações genômicas humanas.

Kaja Wasik com Keolu Fox, um geneticista da Universidade da Califórnia em San Diego, na Polinésia Francesa em 2021

-

Durante a viagem de Castel e Wasik à Nova Zelândia em 2019, os pesquisadores e membros da comunidade ficaram perturbados com uma tentativa anterior de pesquisadores dos EUA de patentear um teste de risco de obesidade com base em estudos genéticos realizados em Samoa.

As universidades dos pesquisadores não incluíram seus colaboradores samoanos na aplicação da patente como coinventores, nem tinham acordos formais de

Continuação:
Farmacêutica diz que vai compartilhar receitas com povos indígenas que cederam genes para pesquisas

compartilhamento de benefícios com instituições locais. Esse pedido de patente foi abandonado, e os pesquisadores disseram que sempre buscaram compartilhar benefícios com seus parceiros.

Um dos primeiros conselheiros da Variant foi Keolu Fox, um geneticista da Universidade da Califórnia, San Diego, que havia sido duramente crítico da pesquisa samoana.

"Isso é uma extensão de todas essas outras formas de colonialismo", disse Fox, que é nativo havaiano e se juntou a Wasik e Castel em sua viagem de divulgação na Nova Zelândia. Ele acreditava que a Variant poderia liderar pelo exemplo.

No programa de compartilhamento de benefícios da empresa, até 10% do orçamento de um projeto é destinado a programas comunitários, geralmente financiando organizações locais.

Por exemplo, como parte de seu estudo na Nova Zelândia sobre as causas genéticas de doenças renais e outros distúrbios metabólicos nos maori e outras pessoas de ascendência do Pacífico, a empresa gastou US\$ 100 mil para financiar várias organizações de saúde locais, além de bolsas de estudo e conferências científicas para povos indígenas.

O novo acordo com a Novo Nordisk inicia uma segunda fase, de longo prazo, do programa de compartilhamento de benefícios.

As comunidades compartilharão uma fatia de 4% da receita da Variant e, se a empresa for vendida ou abrir capital, 4% de seu patrimônio. Essa porcentagem é comparável aos royalties que as universidades recebem por licenças de suas patentes.

Governo dos EUA inclui região da Rua 25 de Março entre os principais mercados de pirataria e produtos falsificados do mundo



Documento do Escritório de Representação Comercial dos EUA identifica 38 sites e 33 mercados físicos ao redor do mundo.

A região da Rua de Março, um dos principais pontos de comércio popular na cidade de São Paulo, consta do relatório de um órgão do governo dos Estados Unidos, divulgado nesta quarta-feira (), sobre os maiores mercados de **pirataria** e produtos falsificados do mundo.

O documento do USTR, o Escritório de Representação Comercial dos EUA, identifica sites e mercados físicos ao redor do mundo que abrigariam ou facilitariam a **falsificação** de marcas registradas ou a **pirataria** de **direitos** autorais. A China continua sendo a principal fonte de produtos falsificados.

O objetivo do relatório é motivar a ação do setor privado e a tomada de medidas pelos governos para reduzir a **pirataria** e a **falsificação**, que causam prejuízos bilionários todos os anos. O relatório dá especial ênfase à atuação de farmácias on-line ilícitas e à produção de medicamentos falsos.

Pontos de pirataria Na parte do documento sobre a Rua de Março, o relatório cita toda a região que abran-

ge o Centro Histórico e os bairros de Santa Ifigênia e Brás, incluindo o Shopping de Março, Galeria Page Centro, Galeria Santa Ifigênia, Shopping Tupan, Shopping Korai, Feira da Madrugada e Nova Feira da Madrugada.

"Os mercados da Rua de Março continuam notórios por venderem produtos falsificados e pirateados, e por conterem depósitos que armazenam esses produtos", diz trecho do relatório. Segundo o USTR, as marcas originais veem a área como um "dos maiores mercados de atacado e varejo de produtos falsificados no Brasil e na América Latina, com mais de mil lojas vendendo produtos falsificados de todos os tipos", incluindo eletrônicos, roupas, calçados, óculos, perfumes, acessórios de moda, itens de luxo, brinquedos e consoles pré-carregados com cópias de videogames.

Ainda segundo as empresas donas dos direitos sobre os produtos, os mercados da Rua de Março atuam também na distribuição de itens falsificados e pirateados para outras partes do Brasil.

O relatório ressalta que, apesar de ações de fiscalização, os responsáveis pelo comércio de produtos ilegais na região continuam agindo.

No entanto, o documento cita algumas medidas tomadas pelo Brasil, como uma operação **antipirataria** realizada em setembro com foco em sites e aplicativos de streaming de música, com a prisão de suspeitos.

Startups têm prioridade na análise de pedido de registro de marcas e patentes



Por Cibele Maciel

As startups e empresas inovadoras enquadradas no regime especial simplificado do Inova Simples possuem prioridade na análise de pedido de registro de marcas e patentes no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**).

A medida faz parte dos incentivos para fomentar o ecossistema de inovação brasileiro ao reconhecer a importância de agilizar processos relacionados à **propriedade** intelectual. Com o registro de marca ou solicitação da patente, startups podem agilizar a conquista da proteção de suas inovações, garantindo exclusividade de mercado e vantagens competitivas.

De acordo com o **INPI**, ao solicitar o registro da marca é possível obter o resultado em menos de seis meses. Para isso, é preciso que as Empresas Simples de Inovação - como são chamados os empreendimentos registrados no Inova Simples - incluam, na plataforma digital e-**INPI**, uma cópia do certificado do Portal Nacional Redesim que comprove o status da empresa no Inova Simples.

No caso de patentes, para requerer o trâmite prioritário é necessário já ter um pedido de patente de-

positado normalmente. Além disso, é preciso que o pedido seja publicado e que seu exame técnico seja requerido.

Para Hulda Giesbrecht, coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae, o trâmite prioritário para as startups do Inova Simples é um mecanismo importante para ser utilizado nos programas de aceleração realizados pela instituição, como o Inova Amazônia, Inova Cerrado, Inova Pantanal, Startup Nordeste e Catalisa ICT, com o apoio de mentorias sobre a estratégia dos pequenos negócios na proteção da sua **propriedade** intelectual.

Entenda o Inova Simples

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 19

Arbitragem e Mediação
4, 8

Marcas
6

Patentes
6

Marco Civil
13

Pirataria | Biopirataria
15

Direitos Autorais
18

Pirataria
18

Propriedade Intelectual
19